

# DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO EMPREGO E NA EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO BRASIL NO MILÊNIO<sup>1</sup>

Ário Maro de Andrade<sup>2</sup>  
Márcio Antônio Salvato<sup>3</sup>  
Tânia Maria F. de Souza<sup>4</sup>

*Resumo:* No presente artigo, os desafios referentes às desigualdades de gênero e raça no emprego e na educação serão tratados no âmbito dos objetivos do Milênio, traçados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), no que tange à necessidade de se promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, no Brasil como um todo. Nesse sentido, essa meta incorpora também outro objetivo fundamental, ou seja, eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, em todos os níveis de ensino, no mais tardar 2015. Como principais resultados da análise na década de 90 destacam-se: aumento da média de anos de escolaridade; aumento da “feminização” do mercado de trabalho brasileiro; redução da desigualdade salarial de gênero e raça; aumento da participação política das mulheres.

## 1 INTRODUÇÃO

O sucesso em atingir os objetivos propostas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) depende, em grande parte, do aprimoramento da autonomia das mulheres no ambiente sócio-econômico, bem como da redução das desigualdades de gênero e raça ainda elevadas. Neste sentido, o relatório aponta como variáveis estratégicas para o alcance dos objetivos, o **emprego e a educação**. Garantia de direitos e cidadania para as mulheres depende também de se reforçar a ação e a posição das mesmas diante da sociedade, levando em consideração os contextos sociais e culturais em que estão inseridas. O Relatório das Nações Unidas de 2003<sup>5</sup> destaca como ações pertinentes a essa questão: *i*) aprimorar os conteúdos escolares e as condições de retorno à escola, de modo que as crianças de ambos os sexos tenham mais oportunidades educacionais; *ii*) aumentar o número de empregos para mulheres, melhorando a sua natureza e condições, inclusive meios de vida sustentáveis; *iii*) aumentar não só o número de mulheres no parlamento, mas também a sua visibilidade, quando em posições de autoridade e de tomada de decisões, em nível local ou nacional.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma versão modificada de um dos relatórios produzidos pelo Departamento de Economia da PUC Minas, no âmbito do Projeto BRA/02/M01, resultante do convênio firmado entre o IDHS/PUC Minas e o PNUD, que tem por finalidade a instalação de uma rede de instituições acadêmicas estruturadas com o objetivo de monitorar a evolução das Metas do Milênio.

<sup>2</sup> Doutorando em Economia/UNICAMP e Professor Assistente do Departamento de Economia da PUC Minas.

<sup>3</sup> Doutor em Economia/EPGE-FGV e Professor Adjunto do Departamento de Economia da PUC Minas.

<sup>4</sup> Doutora em História Econômica/USP e Professora Adjunta do Departamento de Economia da PUC Minas.

<sup>5</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano 2003. New York: PNUD. p.86.

Além disso, são necessárias ações de políticas públicas que possam abranger necessidades **práticas**, como cuidados com saúde e saneamento básico, e necessidades **básicas**, envolvendo mudanças de valores e leis adequadas para promover a igualdade de gênero.

Embora a meta 3 destaque a igualdade entre sexos e autonomia das mulheres, nesse relatório também será enfatizada a questão da desigualdade racial. Existe uma correlação importante entre a desigualdade social e a racial. Tal fenômeno é marcante quando se observam as informações das unidades da federação mais pobres, onde a diferença dos indicadores para negros e brancos é marcante. Em especial, poderá ser visto que um importante resultado na década de 90 foi a redução das diferenças de raça, preponderantemente na questão educacional.

Como principais resultados observados na década de 90 podem ser citados: *i)* redução da razão mulheres/homens alfabetizados na faixa etária entre 15 e 24 anos; *ii)* redução da razão mulheres/homens que freqüentam a escola nos diversos níveis de ensino; *iii)* aumento da média de anos de escolaridade; *iv)* aumento da “feminização” do mercado de trabalho brasileiro; *v)* redução da desigualdade salarial de gênero e raça; *vi)* aumento do coeficiente de Gini igualmente para os brancos e negros; *vii)* aumento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e IDR (Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à raça); *viii)* aumento da Participação Política das mulheres.

## **2 NOTAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA GÊNERO E RAÇA**

Em termos de lições de políticas de países com maior sucesso na consecução dos objetivos, percebe-se que mulheres com níveis mais altos de instrução revelaram-se verdadeiras agentes de mudança. A atuação dessas mulheres nos setores de saúde e educação de crianças apresenta resultados promissores, seja na orientação de uma alimentação mais adequada ou no provimento de serviços de saúde mais abrangentes e efetivos. A resultante dessa maior presença de mulheres, com níveis de instrução mais elevados, se revela em um maior bem-estar das famílias. *“A este respeito, a capacidade e a posição das mulheres na família adquirem um importante significado. Quando as mulheres têm instrução, direitos de propriedade e são livres de trabalhar fora de casa e de ganhar rendimentos independentes, o bem-estar de toda a família aumenta”*<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Drèze e Sem (1995) *apud* Relatório de Desenvolvimento Humano 2003. [New York: PNUD. p.87.](#)

A década de 90 foi marcada por uma série de políticas públicas, principalmente no campo educacional, que de alguma forma propiciaram uma redução das desigualdades de gênero e raça, como será mostrado na próxima seção. Com respeito à educação foram observadas melhorias no ensino fundamental e médio que acabaram beneficiando os indicadores referentes às mulheres.

Outra medida de política pública foi o estabelecimento de cotas como forma de ampliar a presença de mulheres no parlamento nacional, a partir de 1995. A primeira experiência ocorreu em 1991, com o Partido dos Trabalhadores garantindo uma representação mínima de 30% para qualquer um dos sexos nos seus órgãos de direção. Este sistema foi expandido para outros partidos e sindicatos e, em 1995, o movimento chegou ao legislativo brasileiro, com a aprovação de um artigo na legislação assegurando uma cota mínima de 20% para as candidaturas de mulheres às câmaras municipais,<sup>7</sup> artigo esse que regulamentaria os termos das eleições de 1996<sup>8</sup>.

Segundo especialistas, embora seja necessário trabalhar no preparo dos partidos políticos e sindicatos para o cumprimento das cotas, o aumento do número de mulheres envolvidas na vida política e sindical não garante por si só a transformação da condição feminina no país, e muito menos a reversão dos indicadores desfavoráveis à igualdade de gênero com respeito à participação política, tão buscada.

Para o cumprimento dessa meta, faz-se imprescindível trabalhar na formação e qualificação de lideranças femininas para cargos de direção bem como ampliar o grau de sensibilização das mulheres para defenderem suas próprias causas. O documento “ARTICULAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS”<sup>9</sup> ressalta que as políticas públicas visando à transformação das condições de inserção das mulheres na sociedade brasileira deveriam ser amplas e irrestritas, inclusive no que tange às diferenças de raça.

Além disso, a participação do Brasil em várias conferências e convenções internacionais, com ratificação dos termos das convenções propostas para assegurar os direitos da mulher, reforça o espaço da mulher na sociedade. Destacam-se como movimento relevantes: i) Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979; ii) Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo) – 1994, e iii) 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing) – 1995.

---

<sup>7</sup> Artigo 11, Parágrafo 3º, da Lei nº 9100/95

<sup>8</sup> Miguel (2000), op.cit., p.22.

<sup>9</sup> ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS apud YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. p.35-36.

No âmbito das Políticas Públicas de Trabalho e Renda (PPTRs) foi criado em 1990 um importante instrumento de financiamento, que, além de outros resultados, contribuiu para a melhor inserção da mulher na realidade sócio-econômica do país. Trata-se do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Conforme Yannoulas (2002: pp. 30-31), a expressão Políticas Públicas de Trabalho e Renda (PPTRs) refere-se ao conjunto de mecanismos financiados pelo FAT, a partir de 1993, tais como: seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, programas de geração de emprego e renda, geração de informações sobre o mercado de trabalho e cursos voltados para a educação profissional.

Os últimos dez anos da formulação e gestão de PPTRs no Brasil caracterizaram-se pela participação crescente da sociedade civil, por meio de colegiados tripartites e paritários, com representantes do governo, do empresariado e dos trabalhadores. Um dos objetivos fundamentais desse sistema para a formulação, gestão e avaliação das PPTRs no Brasil é a incorporação de segmentos da população trabalhadora tradicionalmente excluídos, entre eles a PEA feminina.

O foco dessas políticas públicas para as mulheres foi os segmentos específicos de risco social: chefia de família, baixa escolaridade, jovens e trabalhadores rurais. Os investimentos do FAT no processo de qualificação da PEA feminina se deram no âmbito do PLANFOR (Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador), cuja implementação teve início em 1995. Segundo Yannoulas (2000), a análise dos resultados quantitativos do PLANFOR entre 1996 e 1998 revela que os objetivos propostos foram superados, registrando um avanço nas políticas que priorizaram, de alguma forma, o segmento feminino. As estatísticas do PLANFOR apontam para uma participação média do público feminino, para os anos 1995-1999, de 50% (mais de 4 milhões de trabalhadoras), para uma meta proposta de 40%. Do total de participantes, 20% eram de chefes de família.

No âmbito da participação das mulheres na formulação de PPTRs, deve-se destacar, ainda, a constituição do Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação – GTEDEO – criado pelo Ministério do Trabalho, por Decreto presidencial de 20 de março de 1996. Sua função é propor estudos, programas e estratégias visando à igualdade de oportunidades entre gêneros, raças e todos os atributos que discriminam as pessoas nos mercados de trabalho. Como um bom exemplo, Yannoulas (2002) destaca o lançamento da Campanha Nacional de Promoção da Igualdade, durante o Seminário Nacional Tripartite sobre Promoção de Igualdade no Emprego, em Brasília, de 16 a 18 de Julho de 1997, com o slogan “Brasil, Gênero e Raça. Todos unidos pela igualdade de oportunidades”.

Para Jaccoud e Beghin (2002), o histórico da intervenção pública para o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil registra que todos os avanços obtidos em benefício da população afrodescendente resultam das conquistas do Movimento Negro. Os mecanismos de exclusão social dos negros, perpetuados desde a abolição da escravidão em 1888, permaneceram no século XX e, somente na década de 1970, o movimento negro conseguiu espaço político para denunciar o mito da democracia racial<sup>10</sup>. No entanto, até os anos 1980, pouco espaço teve tal movimento, para atuar junto ao Estado e desmistificar o referido mito.

Embora a ditadura militar ignorasse a problemática racial no plano interno, deve-se ressaltar que o Brasil era signatário, à época de três importantes tratados internacionais antidiscriminatórios: Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1968); a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino (1968); e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1969). O governo brasileiro também esteve presente a duas conferências mundiais sobre o racismo, realizadas em 1978 e 1983.<sup>11</sup>

Nos anos 80, vieram as primeiras respostas do poder público e os avanços obtidos na Constituição Federal de 1988 constituem a melhor síntese: “*o reconhecimento das contribuições culturais dos diferentes segmentos étnicos, considerando-se em pé de igualdade com a sociedade envolvente; a criminalização do racismo e o direito das comunidades de quilombos ao reconhecimento da propriedade definitiva de suas terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos de propriedade*”<sup>12</sup>.

Segundo Jaccoud e Beghin (2002), os anos 90 presenciaram uma série de novas respostas à problemática racial brasileira, tanto em nível estadual e federal. Um fato é digno de nota na metade da década: a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela Cidadania e a Vida”, realizada em 10 de novembro de 1995, reunindo milhares de pessoas para homenagear o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares deu novo impulso às ações desencadeadas pelo governo federal. É criado, então, por decreto presidencial o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), ligado ao Ministério da Justiça. Em paralelo, também foi lançado, pelo mesmo Ministério, o I

---

<sup>10</sup> Sobre os mecanismos de segregação racial ver ainda: TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. e SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

<sup>11</sup> JACCOUD, L. e BEGHIN, N. *Desigualdades Raciais no Brasil: Um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002. p.15.

Programa Nacional de Direitos Humanos (I PNDH), contendo um tópico destinado à proposta da conquista efetiva da igualdade de oportunidades para a população negra. Ressalte-se que na década de 90, Zumbi dos Palmares foi reconhecido pelo governo brasileiro Herói Nacional, tendo seu nome inscrito, ao lado do de Tiradentes, no monumento aos heróis nacionais, em Brasília<sup>13</sup>.

A partir de 2000, a preparação do Brasil para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela ONU e realizada em Durban na África do Sul, recoloca a temática racial na agenda do país e joga novas luzes sobre a questão da exclusão social dos brasileiros afrodescendentes. Nesse processo, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA – teve um papel crucial, por meio da produção de diagnósticos, até então inéditos, sobre a magnitude das desigualdades raciais no Brasil. Jaccoud e Beghin (2002) sintetizam todas as **ações** realizadas no âmbito federal – Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público –, no período 1995-2002, destinadas ao enfrentamento da questão racial, dividindo-as em valorativas, afirmativas e repressivas<sup>14</sup>. Nesse tocante, balanços e diagnósticos dessa natureza, que permitem um balanço da intervenção pública para promoção da igualdade social e racial, são estratégicos para nortear a formulação de políticas adequadas ao cumprimento da meta em questão.

### **3 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES**

A evolução da diferença de gênero na década de 90 será analisada tendo como fundo as questões de educação, renda, longevidade, mercado de trabalho e presença política. Além disso, tais variáveis trarão informações relevantes para avaliar as diferenças no que diz respeito à raça.

#### **3.1 Educação**

No passado, as análises sobre gênero e educação no Brasil apontavam que priorizava-se a educação dos homens, em detrimento da educação das mulheres. O histórico da reação do sexo feminino aponta que há 50 anos elas passaram a ingressar maciçamente na escola, aumentando o percentual de mulheres em todos os níveis de educação. O Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil de 1996 aponta como principais fatores responsáveis por

---

<sup>12</sup> Id., *ibidem.*, p. 17.

<sup>13</sup> Id., *ibidem.*, p. 19-21.

<sup>14</sup> Para maiores detalhes ver Jaccoud e Beghin (2002), *op.cit.*, capítulo 5, p.55-64.

essa elevação da presença feminina na escola: *i*) melhores resultados auferidos no desempenho escolar das mulheres; *ii*) menor grau de evasão e repetência observado entre as mulheres que aumenta a chance de conclusão dos cursos das mesmas, quando comparadas aos homens.

Analisando o fenômeno, deve-se considerar algumas hipóteses para explicá-lo: a socialização das mulheres é mais adaptada às exigências da escola que a dos homens; some-se a isso o fato de o homem receber desde cedo uma pressão maior para o ingresso precoce no mercado de trabalho enquanto às mulheres são reservadas as tarefas domésticas, que demandam menos tempo e têm mais flexibilidade de horário.

No entanto, a despeito de uma expansão quantitativa, não se observava ainda uma mudança qualitativa no perfil das mulheres entrantes no segundo grau, visto que a demanda por áreas tradicionalmente femininas – ciências humanas e saúde - mantinha-se alta. Em 1980, elas representaram 96% dos estudantes do curso normal, perfazendo apenas 20% dos estudantes do curso industrial<sup>15</sup>.

Dentre os principais indicadores de educação analisados nesse trabalho, pode-se citar: *a*) razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos; *b*) taxa de alfabetização de adultos (acima de 15 anos); *c*) razão entre mulheres e homens que freqüentam cada nível de ensino educacional; *d*) razão entre mulheres e homens por raça que freqüentam cada nível de ensino educacional; *e*) anos de escolaridade por gênero e raça.

### **3.1.1 Taxa de Alfabetização**

A tabela 1 apresenta a razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos. O índice caiu de 1,06 em 1991 para 1,03 em 2000, no Brasil como um todo. Essa redução foi mais acentuada na região Nordeste e registrada para todos os seus estados integrantes. Após o Nordeste, apenas o Norte registrou grande redução da relação mulheres/homens alfabetizados nesta faixa etária (de 1,09 para 1,02). Caso atípico ocorreu no Distrito Federal, onde houve uma elevação, provavelmente puxada pelo setor Serviços Públicos, onde se constata um maior número de mulheres em funções administrativas. Para o Sul e o Sudeste a razão permaneceu a mesma, confirmando uma certa simetria (índice próximo de 1) na proporção entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária considerada.

---

<sup>15</sup> Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996. p. 38.

A redução da razão mulheres e homens alfabetizados (de 15 a 24 anos) nos estados do Norte e Nordeste e a manutenção do índice nas demais regiões configurou uma redução da diferença entre as regiões do país no que se refere à desigualdade de gênero na taxa de alfabetização.

No Brasil como um todo, observa-se uma tendência de redução da assimetria na relação mulheres/homens alfabetizados. Essa redução se dá pelo maior crescimento das taxas de alfabetização para homens que mulheres (denominador do índice aumenta mais que o numerador) para o estrato de 15 a 24 anos. Pode-se relacionar este resultado com as políticas públicas voltadas para o incentivo de fixação da criança na escola. O Coorte de pessoas de 15 a 24 anos em 2000 são as pessoas de 6 a 15 anos em 1991. Como a década foi marcada com forte incentivo ao ensino fundamental, essas mesmas pessoas tiveram um nível de oportunidade maior quando comparadas com as pessoas de 15 a 24 anos de 1991. Essas políticas que incentivavam à manutenção das crianças na escola resultaram em uma menor evasão, principalmente de homens, quando relacionadas às pressões para sua entrada no mercado de trabalho em idade precoce. E, portanto, isso se refletiu na redução da razão mulheres/homens alfabetizados na idade de 15 a 24 anos, ao longo da década de 90.

A Tabela 2 apresenta a taxa de alfabetização de adultos (acima de 15 anos) – TAA por gênero. Nota-se que em todas as regiões ocorreu um aumento maior na alfabetização feminina que masculina. Esse resultado é exatamente o contrário da conclusão da Tabela 1 que tratava apenas do estrato da população de 15 a 24 anos. Analisando os microdados da PNAD que foram base para a construção da tabela, pode-se constatar que nos estratos superiores (de 25 a 59 anos e acima de 60) que a taxa de alfabetização de mulheres realmente cresceu acima da taxa de alfabetização de homens. O aumento da alfabetização de adultos ocorre principalmente pela oferta de cursos específicos para alfabetização de adultos. O fenômeno é plenamente justificado pela maior presença de mulheres nas escolas de alfabetização de adultos, seja pelas exigências de mercado ou social.



Tabela 1

Razão entre Mulheres e Homens Alfabetizados na Faixa Etária de 15 a 24 anos  
Brasil Unidades da Federação e Grandes Regiões - 1991/2000

Regiões / UF	Razão Mulheres/Homens Alfabetizados (15 a 24 anos)					
	1991			2000		
	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total
<b>Brasil</b>	<b>1,05</b>	<b>1,08</b>	<b>1,06</b>	<b>1,07</b>	<b>0,98</b>	<b>1,03</b>
<b>Norte</b>	<b>1,21</b>	<b>1,06</b>	<b>1,09</b>	<b>1,17</b>	<b>0,96</b>	<b>1,02</b>
Rondônia	1,07	0,97	1,01	1,08	0,92	0,99
Acre	1,23	1,06	1,10	1,24	0,98	1,05
Amazonas	1,22	1,03	1,05	1,18	0,98	1,02
Roraima	1,32	1,02	1,07	1,22	0,95	1,02
Pará	1,29	1,08	1,12	1,19	0,97	1,02
Amapá	1,23	1,01	1,05	1,29	0,99	1,06
Tocantins	1,18	1,12	1,13	1,13	0,95	1,00
<b>Nordeste</b>	<b>1,26</b>	<b>1,20</b>	<b>1,22</b>	<b>1,19</b>	<b>1,02</b>	<b>1,08</b>
Maranhão	1,39	1,21	1,25	1,20	1,01	1,06
Piauí	1,36	1,31	1,32	1,25	1,07	1,12
Ceará	1,29	1,22	1,24	1,20	1,04	1,10
Rio Grande do Norte	1,26	1,23	1,24	1,17	1,02	1,08
Paraíba	1,32	1,30	1,31	1,21	1,06	1,12
Pernambuco	1,20	1,18	1,19	1,19	1,02	1,08
Alagoas	1,29	1,28	1,28	1,24	1,06	1,12
Sergipe	1,20	1,20	1,20	1,19	1,04	1,09
Bahia	1,19	1,16	1,16	1,16	1,00	1,04
<b>Sudeste</b>	<b>1,01</b>	<b>1,00</b>	<b>1,01</b>	<b>1,05</b>	<b>0,95</b>	<b>1,01</b>
Minas Gerais	1,03	1,03	1,03	1,06	0,93	1,00
Espírito Santo	1,04	1,01	1,02	1,05	0,97	1,01
Rio de Janeiro	1,03	1,01	1,02	1,07	0,98	1,03
São Paulo	1,00	0,97	0,99	1,05	0,94	1,01
<b>Sul</b>	<b>1,00</b>	<b>0,98</b>	<b>0,99</b>	<b>1,01</b>	<b>0,89</b>	<b>0,99</b>
Paraná	1,00	0,98	1,00	1,02	0,88	0,99
Santa Catarina	0,99	0,93	0,99	1,00	0,86	0,98
Rio Grande do Sul	1,00	0,99	1,00	1,00	0,92	0,98
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,05</b>	<b>1,02</b>	<b>1,03</b>	<b>1,09</b>	<b>0,96</b>	<b>1,02</b>
Mato Grosso do Sul	1,02	0,98	1,00	1,07	0,90	0,99
Mato Grosso	1,04	1,02	1,02	1,05	0,93	0,98
Goiás	1,06	1,02	1,04	1,09	0,96	1,02
Distrito Federal	1,06	1,04	1,05	1,17	1,05	1,11

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991/2000

Pode-se observar pela Tabela 2 que a TAA aumentou de 82,8 em 1992 para 88,2 em 2002. Analisando o índice por gênero, os homens aumentaram de 83,4 para 88,0 e as mulheres de 82,2 para 88,3, evidenciando que a diferença entre os sexos reduziu.

Do ponto de vista regional, a região que tinha mais analfabetos no Brasil em 1992 era o Nordeste com 30% de homens analfabetos e 28,1% de mulheres analfabetas. Em contrapartida, essa mesma região foi a que teve maior crescimento na taxa de alfabetização, com ganho 7,1 pontos absolutos para homens e 9,4 para mulheres. Neste caso, o Nordeste foi a única região que aumentou a assimetria de gênero no critério alfabetização de adultos, pois as mulheres da região já eram mais alfabetizadas em 1992 e apresentaram uma taxa de crescimento maior que homens.

Tabela 2

**Taxa de Alfabetização de Adultos por Gênero 1991 e 2000**  
**Brasil, Regiões e Unidades da Federação**

Unidade da Federação / Regiões	Taxa de Alfabetização (TAA) por gênero					
	1992			2002		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>BRASIL</b>	<b>82,8</b>	<b>83,4</b>	<b>82,2</b>	<b>88,2</b>	<b>88,0</b>	<b>88,3</b>
Distrito Federal	91,1	92,1	90,3	94,3	94,5	94,2
Goiás	83,7	84,0	83,3	88,7	88,7	88,7
Mato Grosso	84,2	84,1	84,2	89,8	89,4	90,1
Mato Grosso do Sul	86,2	87,7	84,7	91,0	91,6	90,4
<b>Centro Oeste</b>	<b>85,5</b>	<b>86,0</b>	<b>85,0</b>	<b>90,3</b>	<b>90,4</b>	<b>90,3</b>
Alagoas	64,1	64,1	64,1	68,8	65,8	71,5
Bahia	68,8	69,0	68,6	78,3	78,1	78,4
Ceará	65,5	60,2	70,3	77,3	74,3	80,1
Maranhão	64,7	63,5	65,8	77,1	75,1	79,0
Paraíba	64,6	59,4	69,2	72,9	69,4	76,1
Pernambuco	87,1	89,7	84,5	78,5	76,6	80,2
Piauí	63,2	60,5	65,7	70,4	66,1	74,6
Rio Grande do Norte	70,0	65,4	74,1	77,3	72,8	81,6
Sergipe	72,5	70,7	74,1	79,8	78,1	81,2
<b>Nordeste</b>	<b>71,0</b>	<b>70,0</b>	<b>71,9</b>	<b>79,3</b>	<b>77,1</b>	<b>81,3</b>
Acre	85,6	83,5	87,5	87,0	87,7	86,4
Amapá	87,8	89,1	86,6	93,8	94,0	93,7
Amazonas	90,9	91,3	90,5	93,7	93,8	93,6
Pará	86,0	86,9	85,1	89,3	89,0	89,5
Rondônia	89,5	91,4	87,7	91,4	92,0	90,8
Roraima	90,3	89,2	91,2	88,0	88,2	87,7
Tocantins	75,8	77,0	74,6	81,9	82,1	81,6
<b>Norte</b>	<b>86,9</b>	<b>87,7</b>	<b>86,2</b>	<b>89,6</b>	<b>89,6</b>	<b>89,6</b>
Espírito Santo	82,3	84,1	80,4	89,3	90,2	88,4
Minas Gerais	83,8	85,4	82,4	88,9	89,7	88,2
Rio de Janeiro	91,7	93,2	90,3	94,9	95,3	94,5
São Paulo	91,1	93,3	89,1	94,1	94,9	93,5
<b>Sudeste</b>	<b>89,1</b>	<b>91,0</b>	<b>87,4</b>	<b>92,8</b>	<b>93,5</b>	<b>92,2</b>
Paraná	87,1	89,7	84,5	92,1	93,6	90,7
Rio Grande do Sul	91,4	92,0	90,9	93,7	94,0	93,4
Santa Catarina	91,2	92,0	90,4	94,5	94,8	94,3
<b>Sul</b>	<b>89,8</b>	<b>91,1</b>	<b>88,5</b>	<b>93,3</b>	<b>94,0</b>	<b>92,6</b>

Fonte: IBGE - PNAD

TAA = % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizadas (sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples)

### 3.1.2 Taxa de Frequência à Escola

Na década de 90, as políticas públicas tiveram um objetivo claro de fixar a criança na escola, procurando reduzir a evasão nos primeiros anos de escola por pressões do mercado de trabalho. Exemplo deste tipo de política foi o aumento dos gastos públicos com o ensino fundamental (maior gastos/aluno), bem como políticas de complementação de renda familiar e, indiretamente, via melhoria na regularidade e qualidade da merenda escolar.

Como resultante dessa estratégia verificou-se ao longo da década de 90 um aumento da frequência escolar. Em especial, a frequência masculina aumentou mais que a de mulheres para o nível de ensino fundamental, como pode ser observado na Tabela 3, que apresenta a razão de mulheres/homens que frequentam a escola. No Brasil, o índice para o ensino fundamental reduziu sensivelmente de 1,03 para 0,96. A exceção foi a região Norte onde ocorreu um grande aumento do índice, mostrando que a elevação da oferta de vagas na região atingiu principalmente as mulheres.

Pode-se também constatar que o razão mulheres/homens que freqüentam o ensino médio reduziu drasticamente para todo o Brasil. Embora não tenha existido políticas públicas específicas para esse nível educacional, a década de 90 marca um aumento da conscientização de que o ensino fundamental não é suficiente para garantir e manter postos de trabalho. Exigências de mercado e aumento do nível de desemprego que marcaram a década de 90 fizeram com que as famílias dessem maior valor à conclusão do 2º grau, enquanto uma forma de agregar maiores condições de empregabilidade. Esse fenômeno fez com que, não apenas as mulheres, mas também os homens tivessem uma maior preocupação em concluir o 2º grau, fazendo com que a razão mulheres/homens deixasse de ser completamente favorável às mulheres, como no início da década de 90.

No nível superior, a presença de mulheres já era maior em 1991 e aumentou mais ainda. Em 2000 tivemos 44% a mais de mulheres cursando uma graduação que homens, enquanto em 1991 eram apenas 18% a mais.

Tabela 3

Razão Mulheres e Homens que Frequentam a Escola por nível de Ensino – 1991 e 2000  
Brasil e Regiões

Nível de Ensino	Brasil e Regiões	Razão Mulheres/Homens que Frequentam a Escola	
		1991	2000
Ensino Elementar	Brasil	1,03	0,96
	Norte	1,14	1,31
	Centro Oeste	0,98	0,92
	Nordeste	1,09	0,90
	Sudeste	0,98	0,93
	Sul	0,95	0,92
Ensino Médio	Brasil	1,22	1,00
	Norte	1,27	1,15
	Centro Oeste	1,22	1,10
	Nordeste	1,46	0,89
	Sudeste	1,16	1,02
	Sul	1,08	1,02
Ensino Superior	Brasil	1,18	1,44
	Norte	1,26	(*)
	Centro Oeste	1,36	1,37
	Nordeste	1,32	1,35
	Sudeste	1,12	1,16
	Sul	1,15	1,22
Total	Brasil	1,10	1,04
	Norte	1,09	(*)
	Centro Oeste	1,09	1,05
	Nordeste	1,21	1,06
	Sudeste	1,06	1,00
	Sul	1,02	1,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

(\*) Informações insuficientes

### 3.1.3 Anos de Escolaridade

A média de anos de escolaridade no Brasil vem aumentando desde a década de 60, mas ainda apresenta valores bem inferiores aos países desenvolvidos. Barros e Velasco (1995) apresentam dados para a média de escolaridade do brasileiro, acima de 25 anos, usando os censos de 1960, 1970, 1980 e a PNAD de 1990, por gênero, raça e região. Em 1960, a média de escolaridade de homens era 2,4 anos, enquanto das mulheres era 1,9. Por raça, a média dos brancos era 2,7 anos, enquanto dos negros era 0,9. Por regiões, a média da região mais pobre era 1,1 anos (Nordeste) e da mais rica era 2,7 (Sudeste). Estes dados mostram a baixa escolaridade e grande desigualdade na média de educação da população brasileira àquela época.

Analisando os dados para o início da década de 90, a Tabela 4 mostra que a média de escolaridade das pessoas acima de 25 anos praticamente dobrou em 30 anos de história. No entanto, não passa de 5,5 anos para os homens e mulheres brancas da região Sudeste, que foi a região que apresentou a maior média de anos de estudo no Brasil em 1992. Destaca-se neste período, para o país como um todo, uma grande redução da desigualdade de gênero, mas permanecendo as diferenças de raça – homens negros são em média 2 anos menos instruídos que os homens brancos, e mulheres negras são em média 1,9 anos menos instruídos que as mulheres brancas.

Tais desigualdades raciais constatadas no plano da educação, no início da década de 90, fazem dos negros o segmento da população com os piores indicadores educacionais, para a década de 90: maior taxa de analfabetismo que os brancos e amarelos; menor percentagem de negros com nove anos ou mais de escolaridade; reduzidíssimo percentual de negros que alcançam a universidade<sup>16</sup>. Os dados também apontam as dificuldades de progressão escolar dos negros, decorrentes não só das restrições de acessibilidade à escola, em maior escala do que os brancos e amarelos, mas também de maior nível de reprovações. Essa dificuldade de progressão escolar dos negros acentua-se nos níveis mais altos de ensino.

Analisando a evolução da média de escolaridade na década de 90, é interessante observar que as mudanças mais significativas ocorreram para os homens e mulheres negras, que tiveram um aumento da média de anos de escola maior que os brancos (Tabela 4). Homens negros tiveram um aumento de 0,8 na sua média, enquanto os homens brancos

---

<sup>16</sup> Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996. p. 40. Os dados de Henriques (2001) são, de alguma forma, convergentes com essa análise, para o mesmo período. Ver Henriques, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão.

tiveram um aumento de 0,5. Percentualmente, como a base é menor, a diferença de aumento da média de anos de estudo é significativa. Neste aspecto fica evidente a redução da desigualdade educacional, com respeito a média de anos de estudo, no quesito raça. Apesar desse movimento, os afro-descendentes continuam com um desempenho muito aquém da população branca. O Gráfico 1 corrobora esta análise.

Tabela 4  
Média de Anos de Estudo por Gênero e Raça - 1992 e 2000  
Brasil e Regiões

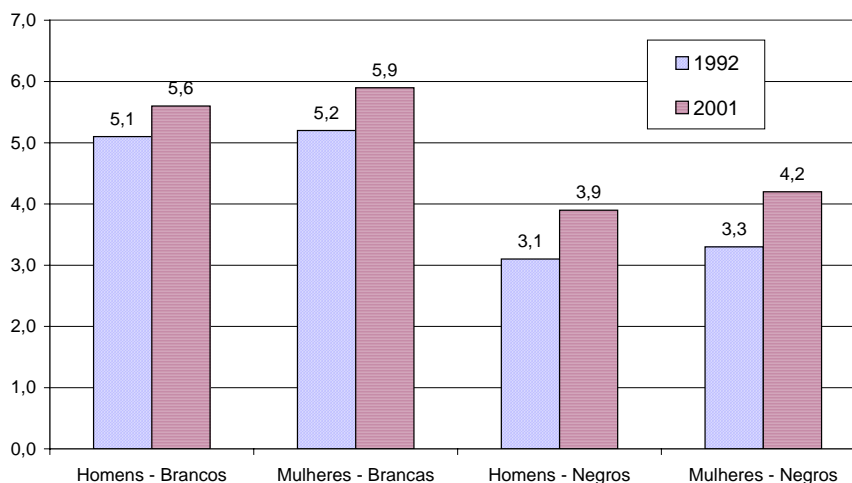
Brasil / Regiões	Média de Anos de Estudo por Sexo e Raça							
	População Branca				População Afro-descendente			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Brasil	5,1	5,6	5,2	5,9	3,1	3,9	3,3	4,2
Norte	5,1	5,1	5,1	5,5	3,5	4,2	3,8	4,5
Nordeste	3,7	4,2	4,3	4,8	2,4	3,1	2,8	3,7
Sudeste	5,5	6,2	5,5	6,3	3,8	4,6	3,8	4,7
Sul	5,0	5,5	5,0	5,7	3,5	4,2	3,3	4,2
Centro-Oeste	5,1	5,6	5,3	6,0	3,6	4,3	4,0	4,7

Fonte: IBGE/PNAD/Microdados. Elaboração: IPEA/DISOC. Dossiê Assimetrias Raciais no Brasil: alerta para a elaboração de políticas. (<http://www.redesaude.org.br>)

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 1

Anos de Escolaridade no Brasil - 1992 e 2000



## 2.2 Emprego e Renda

A proporção de mulheres no setor não agrícola no Brasil como um todo aumentou de 40,22 para 44,46, entre 1991 e 2000 (Tabela 5). A região Sudeste apresentou a maior elevação em termos de participação da mulher no emprego não agrícola, devido principalmente ao seu

nível de desenvolvimento econômico que alavanca a indústria e o setor serviços e facilita a integração da mulher no mercado, elevando a sua participação nos setores formal e informal da economia.<sup>17</sup>. Esse panorama de maiores taxas de participação no emprego não agrícola é coerente com o nível de instrução quase paritária registrado para as mulheres no Sul e no Sudeste (razão mulheres/homens alfabetizados). Também merece destaque na análise o Centro-Oeste, onde o Distrito Federal apresentou uma das maiores proporções de mulheres no setor não agrícola, perdendo apenas para alguns estados do Nordeste.

Tabela 5

Proporção de Mulheres no Setor não Agrícola segundo Raça  
Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 1991 e 2000

Regiões / UF	Proporção de Mulheres no Setor Não Agrícola					
	1991			2000		
	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total
<b>Brasil</b>	<b>41,0</b>	<b>39,2</b>	<b>40,2</b>	<b>45,7</b>	<b>42,9</b>	<b>44,5</b>
<b>Norte</b>	<b>43,2</b>	<b>39,0</b>	<b>40,1</b>	<b>45,7</b>	<b>41,6</b>	<b>42,9</b>
Rondônia	42,4	38,5	40,1	46,6	42,1	44,0
Acre	49,3	44,7	46,0	50,3	44,9	46,5
Amazonas	43,9	40,4	41,2	45,9	41,7	42,9
Roraima	49,5	40,6	42,9	48,8	43,4	45,2
Pará	41,2	36,5	37,6	44,0	40,3	41,4
Amapá	44,2	39,5	40,6	47,4	42,3	43,7
Tocantins	47,8	46,8	47,0	46,9	45,1	45,7
<b>Nordeste</b>	<b>47,7</b>	<b>41,9</b>	<b>43,6</b>	<b>49,0</b>	<b>44,2</b>	<b>45,9</b>
Maranhão	47,8	45,1	45,7	49,1	46,2	47,1
Piauí	51,6	46,7	47,9	50,5	45,8	47,2
Ceará	49,4	42,5	44,7	50,0	44,6	46,7
Rio Grande do Norte	48,4	41,4	44,1	48,2	42,9	45,3
Paraíba	50,4	43,8	46,4	49,7	44,2	46,7
Pernambuco	44,7	38,2	40,5	48,0	42,0	44,5
Alagoas	48,7	41,2	43,6	49,4	43,5	45,7
Sergipe	46,3	42,1	43,2	48,1	44,4	45,6
Bahia	47,3	41,8	43,0	48,9	44,4	45,6
<b>Sudeste</b>	<b>39,5</b>	<b>37,4</b>	<b>38,8</b>	<b>44,8</b>	<b>42,2</b>	<b>43,9</b>
Minas Gerais	43,3	39,8	41,6	47,1	43,5	45,5
Espírito Santo	43,2	38,2	40,4	47,1	43,3	45,1
Rio de Janeiro	39,5	37,2	38,4	44,5	42,4	43,5
São Paulo	38,5	35,9	37,8	44,1	41,1	43,3
<b>Sul</b>	<b>41,3</b>	<b>37,8</b>	<b>40,7</b>	<b>45,8</b>	<b>43,2</b>	<b>45,3</b>
Paraná	40,8	36,2	39,8	49,7	44,2	46,7
Santa Catarina	39,1	33,6	38,6	44,1	37,9	43,5
Rio Grande do Sul	42,7	41,3	42,5	46,3	44,5	46,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>43,3</b>	<b>40,5</b>	<b>41,3</b>	<b>46,1</b>	<b>42,6</b>	<b>44,4</b>
Mato Grosso do Sul	42,0	38,1	40,2	46,3	41,4	44,2
Mato Grosso	39,5	36,6	37,8	43,8	40,6	42,0
Goiás	44,0	40,5	42,1	45,9	42,5	44,2
Distrito Federal	45,7	45,9	43,4	48,3	45,5	46,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991/2000

<sup>17</sup> Segundo definição da OIT, esse indicador mede o grau de abertura do mercado de trabalho à absorção das mulheres nos setores indústria e serviços. Esse grau não somente revela a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, mas também a flexibilidade desse mercado em adequar-se a mudanças.

Uma questão relevante para discutir os diferenciais de gênero no mercado de trabalho é a capacidade de manutenção de emprego em processos de ajustamento econômico. A Tabela 6 revela dois momentos da economia brasileira em que as taxas de desemprego eram muito diferenciadas. Em 1992, a média de desemprego estava em torno de 6,9% para o Brasil e em 2002 passou para 9,5%. Nestes contextos, verifica-se que a taxa de desemprego das mulheres é sempre mais elevada que a dos homens e, além disso, quando a taxa de desemprego aumenta, o diferencial entre homens e mulheres também aumenta, mostrando que as mulheres levam desvantagem em período de baixa atividade econômica. Regionalmente, este fato também pode ser observado. Destacam-se os comportamentos das regiões Sul e Norte que possuem a menor e a maior diferença de gênero, respectivamente, nos dois anos analisados.

Tabela 6  
Taxa de Desemprego por Gênero – 1992 e 2002  
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Taxa de Desemprego					
	1992			2002		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>Brasil</b>	6,9%	5,7%	8,9%	9,5%	7,5%	12,3%
<b>Norte</b>	8,3%	6,6%	11,0%	10,3%	7,6%	14,1%
Rondônia	6,2%	5,3%	7,8%	6,6%	4,9%	8,9%
Acre	8,4%	5,6%	11,9%	6,0%	4,3%	8,2%
Amazonas	11,2%	8,6%	15,4%	12,5%	9,8%	16,4%
Roraima	6,6%	5,3%	8,3%	5,7%	6,3%	4,9%
Pará	8,0%	6,3%	10,6%	10,3%	7,7%	14,0%
Amapá	5,5%	3,7%	8,3%	20,4%	12,2%	31,9%
Tocantins	7,7%	7,4%	8,4%	8,0%	5,8%	12,0%
<b>Nordeste</b>	6,6%	5,3%	8,6%	8,8%	6,8%	11,7%
Maranhão	3,2%	2,8%	3,9%	5,7%	4,1%	8,5%
Piauí	4,3%	3,3%	6,3%	5,4%	4,0%	7,8%
Ceará	5,3%	4,7%	6,5%	8,3%	6,4%	11,1%
Rio Grande do Norte	7,7%	7,0%	9,0%	6,9%	6,8%	7,2%
Paraíba	5,2%	4,0%	7,3%	7,8%	6,5%	9,8%
Pernambuco	7,9%	6,5%	10,0%	10,5%	8,6%	13,3%
Alagoas	8,9%	6,4%	13,1%	8,8%	7,0%	11,9%
Sergipe	7,2%	6,4%	8,5%	10,6%	7,7%	14,6%
Bahia	7,8%	6,2%	10,5%	10,2%	7,8%	13,8%
<b>Sudeste</b>	7,8%	6,5%	9,9%	11,1%	9,0%	14,0%
Minas Gerais	6,7%	5,6%	8,8%	9,7%	7,9%	12,1%
Espírito Santo	6,9%	5,0%	10,1%	10,2%	8,0%	13,1%
Rio de Janeiro	7,0%	6,0%	8,7%	11,7%	8,9%	15,3%
São Paulo	8,6%	7,3%	10,8%	11,6%	9,5%	14,4%
<b>Sul</b>	4,9%	4,1%	6,1%	6,7%	5,1%	8,8%
Paraná	5,7%	5,0%	6,8%	7,3%	5,8%	9,3%
Santa Catarina	4,0%	3,3%	5,0%	4,7%	3,6%	6,2%
Rio Grande do Sul	4,7%	3,7%	6,1%	7,1%	5,3%	9,6%
<b>Centro-Oeste</b>	6,3%	5,0%	8,6%	8,4%	6,6%	11,1%
Mato Grosso do Sul	5,6%	4,8%	7,0%	8,1%	7,3%	9,4%
Mato Grosso	5,0%	3,5%	8,1%	7,1%	4,6%	11,6%
Goiás	6,4%	5,1%	8,9%	6,8%	5,5%	8,7%
Distrito Federal	8,3%	7,0%	9,8%	14,1%	11,6%	17,1%

Fonte: PNAD 1992, 2002 - IBGE

A Tabela 7 apresenta a razão mulheres/homens de salários médios de pessoas acima de 10 anos para os anos de 1992 e 2002. Observa-se que esta razão era muito reduzida no início da década de 90, apresentando um índice médio para o Brasil de 0,37. Em 2002 o

índice subiu para 0,50, reduzindo a desigualdade de gênero, bem como entre as regiões. Contudo, este índice mostra a grande disparidade ainda existente entre os sexos no quesito remuneração do trabalho.

Avaliando as diferenças entre regiões da razão mulheres/homens de salários médios de pessoas acima de 10 anos, verifica-se que o índice é maior para a região Nordeste. Este resultado está vinculado a uma menor renda média desta região, fazendo com que o diferencial por gênero seja menor, quando comparado com as regiões do centro sul. Outro fator que poderia explicar a maior razão no Nordeste é a educação, que é mais significativa para mulheres do que para homens<sup>18</sup>.

Comparando estes resultados com os dados da Tabela 8, pode-se constatar que a razão mulheres/homens de salários médios é baixa por conta do diferencial das distribuições de pessoas nos diferentes níveis salariais por gênero. Há uma concentração maior de mulheres nos primeiros níveis de remuneração, com baixa participação feminina nos níveis maiores de remuneração. O aumento do índice em 2002 se deu principalmente pela redução sensível do número de mulheres sem rendimentos, que entraram no mercado de trabalho, bem como a melhoria da distribuição para os níveis médios e altos de remuneração. Este comportamento foi verificado em todas as regiões brasileiras.

O Gráfico 2 mostra claramente como a distribuição feminina alterou, enquanto a masculina pouco mudou na década de 90. Na literatura este fenômeno é conhecido como “feminização” do mercado de trabalho brasileiro, propiciado principalmente pelo aumento do nível de escolaridade da mulher nos últimos anos.<sup>19</sup> Conjuntamente com o aumento da presença feminina no mercado de trabalho, observou-se a queda da taxa de fecundidade, pela maior acessibilidade aos métodos contraceptivos. Outro fator que corrobora a entrada de mulher no mercado de trabalho refere-se a deterioração dos salários reais ao longo da década de 80 e 90, o que tem obrigado o contingente feminino a buscar uma complementação da renda familiar.

Podemos adicionar a esta questão mais um importante fator. Trata-se da modernização dos processos produtivos com o surgimento de novas ocupações com características mais adequadas ao perfil feminino. Soma-se a isto a formalização do trabalho feminino com o aumento das exigências trabalhistas, principalmente no trabalho doméstico.

---

<sup>18</sup> Pela tabela 2, a única região onde a taxa de alfabetismo das mulheres supera a dos homens é a região Nordeste. Vide também a tabela 4, com leitura similar dos dados registrados em termos de anos médios de estudo.

<sup>19</sup> Vide Bruschini e Lombardi (1996), Kreling (2000), Kon (2001) e Souza et alii (2001).



Tabela 7

Razão Mulheres/Homens – Salários Médios de pessoas acima de 10 anos  
Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 1992 e 2002

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Razão Mulheres/Homens Salários médios de pessoas acima de 10 anos	
	1992	2002
<b>Brasil</b>	<b>0,37</b>	<b>0,50</b>
<b>Norte</b>	<b>0,31</b>	<b>0,50</b>
Rondônia	0,37	0,52
Acre	0,50	0,61
Amazonas	0,21	0,51
Roraima	0,37	0,56
Pará	0,37	0,49
Amapá	0,44	0,52
Tocantins	0,43	0,47
<b>Nordeste</b>	<b>0,41</b>	<b>0,56</b>
Maranhão	0,43	0,48
Piauí	0,38	0,62
Ceará	0,40	0,58
Rio Grande do Norte	0,43	0,54
Paraíba	0,49	0,60
Pernambuco	0,39	0,59
Alagoas	0,47	0,57
Sergipe	0,40	0,55
Bahia	0,40	0,53
<b>Sudeste</b>	<b>0,37</b>	<b>0,49</b>
Minas Gerais	0,36	0,49
Espírito Santo	0,41	0,44
Rio de Janeiro	0,42	0,52
São Paulo	0,35	0,48
<b>Sul</b>	<b>0,35</b>	<b>0,49</b>
Paraná	0,35	0,47
Santa Catarina	0,30	0,45
Rio Grande do Sul	0,38	0,52
<b>Centro-Oeste</b>	<b>0,37</b>	<b>0,47</b>
Mato Grosso do Sul	0,29	0,47
Mato Grosso	0,25	0,37
Goiás	0,30	0,46
Distrito Federal	0,50	0,54

Fonte: PNAD's de 1992 e 2002 - IBGE

Tabela 8

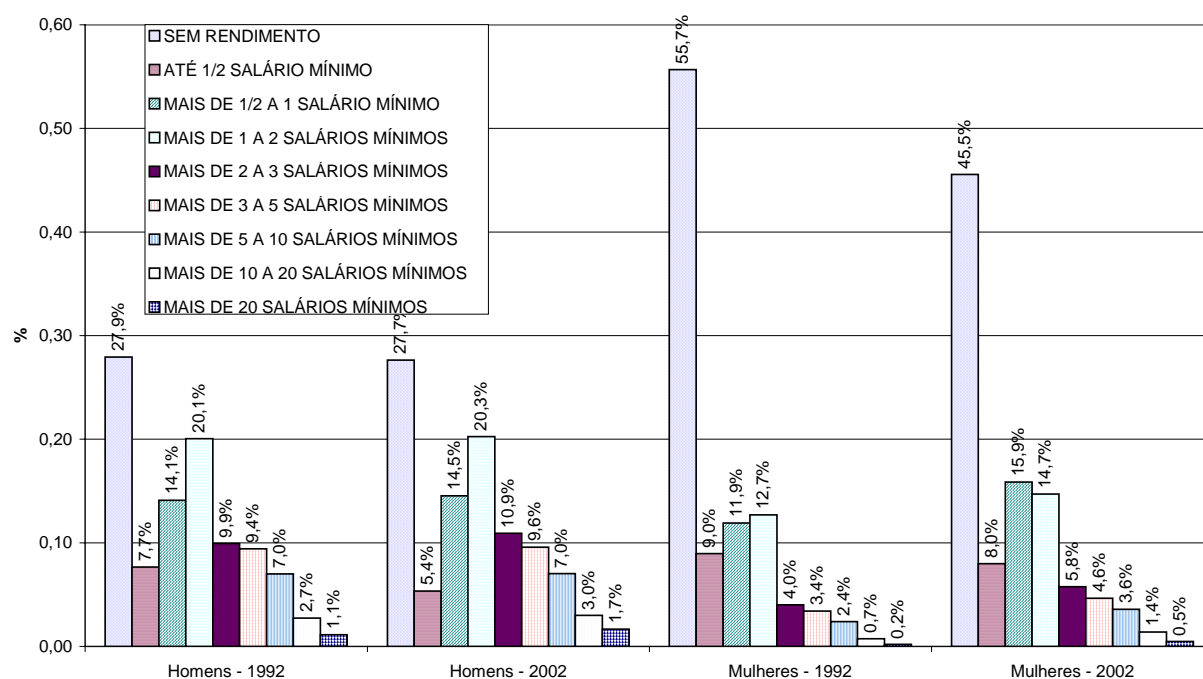
Distribuição de Pessoas acima de 10 anos por Faixas Salariais segundo Gênero  
Brasil e Regiões – 1992 e 2002

Brasil e Regiões	Anos	Gênero	Distribuição de Pessoas acima de 10 anos								
			Sem Rendimento	Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM
Brasil	1992	Homens	27,9%	7,7%	14,1%	20,1%	9,9%	9,4%	7,0%	2,7%	1,1%
	1992	Mulheres	55,7%	9,0%	11,9%	12,7%	4,0%	3,4%	2,4%	0,7%	0,2%
Norte	1992	Homens	27,7%	5,4%	14,5%	20,3%	10,9%	9,6%	7,0%	3,0%	1,7%
	1992	Mulheres	45,5%	8,0%	15,9%	14,7%	5,8%	4,6%	3,6%	1,4%	0,5%
Nordeste	1992	Homens	33,6%	7,6%	14,4%	18,0%	9,8%	8,1%	5,4%	2,5%	0,6%
	1992	Mulheres	45,6%	7,8%	7,9%	31,2%	2,8%	2,5%	1,6%	0,4%	0,1%
Sudeste	1992	Homens	31,6%	5,5%	16,8%	21,7%	9,7%	6,7%	5,3%	1,9%	1,0%
	1992	Mulheres	50,7%	8,1%	17,9%	12,1%	4,2%	3,2%	2,7%	0,9%	0,3%
Sul	1992	Homens	33,1%	18,4%	16,6%	18,1%	5,2%	4,3%	2,8%	1,2%	0,5%
	1992	Mulheres	59,6%	14,7%	10,3%	10,7%	1,8%	1,4%	1,0%	0,3%	0,1%
Centro-Oeste	1992	Homens	25,0%	4,2%	12,6%	19,7%	11,6%	12,2%	9,5%	3,6%	1,5%
	1992	Mulheres	53,3%	6,0%	13,0%	13,5%	5,1%	4,6%	3,3%	1,0%	0,2%
Sul	2002	Homens	26,0%	2,4%	10,1%	20,2%	13,3%	12,4%	9,4%	3,9%	2,3%
	2002	Mulheres	44,7%	4,5%	13,7%	16,4%	7,3%	6,1%	4,8%	1,9%	0,6%
Centro-Oeste	2002	Homens	24,7%	4,9%	12,1%	22,3%	12,7%	10,9%	8,0%	3,1%	1,4%
	2002	Mulheres	54,4%	6,5%	12,1%	14,6%	4,9%	3,9%	2,6%	0,7%	0,2%
Centro-Oeste	1992	Homens	25,9%	5,3%	15,6%	22,3%	10,6%	9,1%	6,6%	3,0%	1,4%
	1992	Mulheres	56,4%	8,1%	13,0%	11,5%	3,7%	3,4%	2,5%	1,1%	0,2%
Centro-Oeste	2002	Homens	25,4%	3,4%	13,9%	23,7%	11,6%	9,0%	6,9%	3,8%	2,3%
	2002	Mulheres	46,7%	6,6%	16,2%	14,1%	5,5%	4,7%	3,8%	1,6%	0,8%

Fonte: PNAD's de 1992 e 2002 - IBGE

Gráfico 2

Distribuição de pessoas acima de 10 anos por Faixa de Rendimento e por Gênero  
Brasil - anos 1992 e 2002



A Tabela 9 mostra que o coeficiente de Gini para a renda para brancos e negros teve um leve aumento. Este índice mensura a dispersão da renda entre os estratos mais pobres e mais ricos da população. Pode-se observar que a dispersão de renda para os brancos é maior que para os negros, basicamente porque a proporção de brancos em níveis de salários mais elevados é maior que de negros. Cabe destacar o estado de Minas Gerais que foi o único em que o coeficiente de Gini teve uma pequena redução tanto para brancos, quanto para negros<sup>20</sup>.

Tabela 9

Coeficiente de Gini para a renda por Raça  
Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 1991 e 2000

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Coeficiente de Gini por Raça			
	Branco		Negro	
	1991	2000	1991	2000
<b>BRASIL (*)</b>	0,631	0,650	0,562	0,584
<b>NORTE (**)</b>	0,631	0,655	0,591	0,611
Rondônia	0,641	0,625	0,575	0,586
Acre	0,635	0,671	0,596	0,615
Amazonas	0,628	0,676	0,596	0,653
Roraima	0,603	0,610	0,632	0,588
Pará	0,666	0,666	0,583	0,599
Amapá	0,582	0,652	0,571	0,617
Tocantins	0,660	0,683	0,586	0,617
<b>NORDESTE (**)</b>	0,660	0,676	0,569	0,598
Maranhão	0,667	0,698	0,556	0,619
Piauí	0,680	0,702	0,597	0,612
Ceará	0,687	0,693	0,608	0,627
Riô Grande do Norte	0,583	0,582	0,505	0,528
Paraíba	0,598	0,607	0,496	0,506
Pernambuco	0,682	0,693	0,593	0,614
Alagoas	0,670	0,715	0,563	0,636
Sergipe	0,655	0,683	0,586	0,618
Bahia	0,717	0,710	0,614	0,619
<b>SUDESTE (**)</b>	0,599	0,609	0,516	0,527
Minas Gerais	0,621	0,619	0,546	0,542
Espírito Santo	0,608	0,613	0,547	0,547
Rio de Janeiro	0,611	0,614	0,515	0,529
São Paulo	0,556	0,590	0,456	0,491
<b>SUL (**)</b>	0,616	0,639	0,560	0,582
Paraná	0,655	0,691	0,586	0,615
Santa Catarina	0,540	0,556	0,515	0,519
Rio Grande do Sul	0,653	0,669	0,578	0,613
<b>CENTRO-OESTE (**)</b>	0,607	0,631	0,547	0,566
Mato Grosso do Sul	0,616	0,634	0,533	0,542
Mato Grosso	0,614	0,645	0,550	0,566
Goiás	0,601	0,626	0,538	0,553
Distrito Federal	0,595	0,620	0,566	0,603

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2003  
(\*) Média de Todos os Estados; (\*\*) Média dos Estados da Região

<sup>20</sup> Vide análise da dimensão renda no BDMG. *Cadernos BDMG – Aspectos do Desenvolvimento Humano em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP/BDMG, Dez. 2003. p.49/55.

### **3.3 Desenvolvimento Humano**

A Tabela 10 apresenta o índice de Desenvolvimento Humano para o Brasil e Regiões, bem como os sub-índices de Educação, Longevidade e Renda, por raça nos anos de 1991 e 2000. O IDH é uma média aritmética simples entre os três os sub-índices anteriores. Conforme pode ser observado, ocorreu uma melhora no desenvolvimento humano brasileiro, seja o índice global, como também os sub-índices de educação, longevidade e renda. Além disso, este melhora se refletiu para os brancos e negros. Contudo, analisando a razão brancos/negros percebe-se que o ganho em desenvolvimento humano dos negros foi maior que dos brancos, caracterizado pela redução da razão entre os anos de 1991 e 2000. Na decomposição do índice global nota-se que a contribuição da educação e longevidade é mais expressiva que a contribuição da renda. O resultado para o IDH global só não foi melhor por causa da piora do coeficiente de Gini, que faz parte do IDH-Renda.

Tabela 10

## Índices de Desenvolvimento Humano para o Brasil e Regiões – 1991 e 2000

Brasil e Regiões	IDH - Educação				Razão	
	1991		2000		Branco/Negro	
	Branco	Negro	Branco	Negro	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>0,816</b>	<b>0,666</b>	<b>0,891</b>	<b>0,799</b>	<b>1,225</b>	<b>1,116</b>
Centro Oeste	0,824	0,742	0,908	0,849	1,111	1,070
Nordeste	0,692	0,575	0,811	0,739	1,204	1,097
Norte	0,779	0,689	0,863	0,807	1,132	1,069
Sudeste	0,847	0,753	0,908	0,849	1,126	1,070
Sul	0,824	0,701	0,909	0,824	1,176	1,103

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Brasil e Regiões	IDH - Longevidade				Razão	
	1991		2000		Branco/Negro	
	Branco	Negro	Branco	Negro	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>0,722</b>	<b>0,616</b>	<b>0,771</b>	<b>0,692</b>	<b>1,173</b>	<b>1,114</b>
Centro Oeste	0,719	0,654	0,782	0,723	1,100	1,081
Nordeste	0,635	0,572	0,705	0,653	1,111	1,079
Norte	0,663	0,629	0,730	0,698	1,054	1,047
Sudeste	0,744	0,658	0,787	0,725	1,131	1,086
Sul	0,736	0,645	0,789	0,726	1,141	1,087

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Brasil e Regiões	IDH - Renda				Razão	
	1991		2000		Branco/Negro	
	Branco	Negro	Branco	Negro	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>0,734</b>	<b>0,584</b>	<b>0,776</b>	<b>0,623</b>	<b>1,256</b>	<b>1,245</b>
Centro Oeste	0,744	0,639	0,794	0,680	1,164	1,168
Nordeste	0,646	0,521	0,684	0,565	1,238	1,212
Norte	0,685	0,587	0,710	0,604	1,167	1,174
Sudeste	0,765	0,633	0,806	0,666	1,209	1,211
Sul	0,701	0,581	0,760	0,635	1,207	1,198

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Brasil e Regiões	IDH				Razão	
	1991		2000		Branco/Negro	
	Branco	Negro	Branco	Negro	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>0,757</b>	<b>0,622</b>	<b>0,812</b>	<b>0,704</b>	<b>1,218</b>	<b>1,153</b>
Centro Oeste	0,762	0,678	0,828	0,751	1,124	1,103
Nordeste	0,658	0,556	0,733	0,652	1,183	1,125
Norte	0,709	0,635	0,768	0,703	1,117	1,092
Sudeste	0,786	0,681	0,834	0,746	1,153	1,117
Sul	0,754	0,642	0,819	0,728	1,174	1,125

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

No relatório do PNUD existe metodologia complementar que procura incorporar as diferenças de gênero no índice de desenvolvimento humano. Este trabalho também adotará uma análise semelhante, reponderando o IDH global pelas diferenças entre brancos e negros. Criou-se então o IDR – Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à raça – apresentado na Tabela 11 abaixo. A reponderação seguiu a metodologia do PNUD com coeficiente de elasticidade igual a 1; (ver anexos do Relatório do PNUD de 2003). O resultado comentado acima das contribuições para a melhora do IDH global ficam agora mais evidentes. Como no IDH global, no IDR a Educação e Longevidade são as variáveis que mais contribuíram para a melhora observada na década de 90.

Tabela 11

Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à raça – IDR  
Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 1991 e 2000.

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Índice de Desenvolvimento ajustado à raça (IDR)							
	1991				2000			
	Educação (a)	Longevidade (b)	Renda (c)	IDR (d)	Educação (a)	Longevidade (b)	Renda (c)	IDR (d)
<b>BRASIL</b>	<b>0,744</b>	<b>0,673</b>	<b>0,660</b>	<b>0,693</b>	<b>0,860</b>	<b>0,744</b>	<b>0,709</b>	<b>0,771</b>
Distrito Federal	0,876	0,745	0,792	0,805	0,952	0,775	0,842	0,856
Goiás	0,775	0,680	0,667	0,707	0,881	0,762	0,721	0,788
Mato Grosso	0,758	0,667	0,669	0,698	0,881	0,759	0,726	0,789
Mato Grosso do Sul	0,782	0,705	0,668	0,718	0,880	0,772	0,713	0,788
<b>Centro Oeste</b>	<b>0,790</b>	<b>0,693</b>	<b>0,697</b>	<b>0,727</b>	<b>0,894</b>	<b>0,766</b>	<b>0,749</b>	<b>0,803</b>
Alagoas	0,569	0,576	0,575	0,573	0,732	0,675	0,614	0,674
Bahia	0,651	0,604	0,604	0,619	0,812	0,680	0,651	0,714
Ceará	0,633	0,634	0,580	0,616	0,797	0,733	0,630	0,720
Maranhão	0,608	0,572	0,533	0,571	0,767	0,635	0,585	0,662
Paraíba	0,596	0,582	0,552	0,577	0,757	0,655	0,619	0,677
Pernambuco	0,668	0,639	0,612	0,640	0,789	0,724	0,653	0,722
Piauí	0,614	0,609	0,545	0,589	0,762	0,675	0,612	0,683
Rio Grande do Norte	0,664	0,609	0,589	0,621	0,801	0,720	0,646	0,722
Sergipe	0,659	0,602	0,604	0,621	0,798	0,673	0,646	0,706
<b>Nordeste</b>	<b>0,637</b>	<b>0,609</b>	<b>0,585</b>	<b>0,611</b>	<b>0,789</b>	<b>0,691</b>	<b>0,634</b>	<b>0,705</b>
Acre	0,666	0,661	0,634	0,654	0,785	0,720	0,665	0,723
Amapá	0,783	0,687	0,675	0,715	0,906	0,727	0,694	0,775
Amazonas	0,760	0,653	0,676	0,697	0,859	0,704	0,669	0,744
Pará	0,744	0,657	0,627	0,676	0,844	0,746	0,658	0,749
Rondônia	0,738	0,653	0,630	0,674	0,852	0,709	0,697	0,752
Roraima	0,824	0,656	0,736	0,739	0,909	0,712	0,721	0,781
Tocantins	0,701	0,604	0,607	0,637	0,857	0,691	0,657	0,735
<b>Norte</b>	<b>0,741</b>	<b>0,653</b>	<b>0,640</b>	<b>0,678</b>	<b>0,850</b>	<b>0,726</b>	<b>0,668</b>	<b>0,748</b>
Espirito Santo	0,772	0,666	0,651	0,697	0,870	0,744	0,721	0,779
Minas Gerais	0,756	0,698	0,641	0,698	0,863	0,775	0,704	0,781
Rio de Janeiro	0,843	0,699	0,711	0,751	0,915	0,757	0,768	0,813
São Paulo	0,825	0,722	0,735	0,761	0,906	0,776	0,760	0,814
<b>Sudeste</b>	<b>0,807</b>	<b>0,707</b>	<b>0,703</b>	<b>0,739</b>	<b>0,894</b>	<b>0,769</b>	<b>0,747</b>	<b>0,804</b>
Paraná	0,751	0,665	0,640	0,685	0,871	0,748	0,704	0,774
Rio Grande do Sul	0,792	0,724	0,654	0,724	0,893	0,782	0,715	0,796
Santa Catarina	0,760	0,720	0,634	0,705	0,887	0,801	0,711	0,800
<b>Sul</b>	<b>0,768</b>	<b>0,696</b>	<b>0,645</b>	<b>0,703</b>	<b>0,882</b>	<b>0,771</b>	<b>0,709</b>	<b>0,787</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Obs.: (a) =  $(n^{\circ} \text{ Brancos}) * (\text{IDH-Educação Brancos})^{-1} + (n^{\circ} \text{ Negros}) * (\text{IDH-Educação Negros})^{-1}$  )<sup>-1</sup>

(b) =  $(n^{\circ} \text{ Brancos}) * (\text{IDH-Longevidade Brancos})^{-1} + (n^{\circ} \text{ Negros}) * (\text{IDH-Longevidade Negros})^{-1}$  )<sup>-1</sup>

(c) =  $(n^{\circ} \text{ Brancos}) * (\text{IDH-Renda Brancos})^{-1} + (n^{\circ} \text{ Negros}) * (\text{IDH-Renda Negros})^{-1}$  )<sup>-1</sup>

(d) = ((a)+(b)+(c)) / 3

A melhora global de ambos os índices (IDH e IDR) está vinculada a implementação de políticas do governo federal, principalmente para as regiões Nordeste e Norte. A implantação da previdência rural e a ampliação dos recursos para o ensino fundamental atuaram sobre os índices de educação e longevidade, com reflexos positivos sobre a saúde dos cidadãos. Apesar de possuir a maior taxa de variação do IDR no período 1991-2000, o Nordeste ainda permanece em último lugar na classificação regional, corroborando o perfil de região com maior grau de desigualdade entre raças. Os resultados interessantes são revelados pela evolução do IDR das regiões Sul e Centro-Oeste, que reduziram ainda mais as desigualdades inter-raciais, atingindo índices próximos do Sudeste.

### 3.4 Participação Política

Na história política do Brasil, as relações entre poder e gênero têm revelado uma posição continuamente desfavorável às mulheres<sup>21</sup>. Em termos comparativos, Miguel (2000) afirma que o Brasil está entre os países que garantiram às mulheres, ainda nas quatro primeiras décadas do século XX, algum direito no exercício do voto e na possibilidade de serem votadas. Considerando apenas a América Latina, o Chile - em 1931, o Brasil - em 1932 e a Bolívia - em 1938, foram os primeiros países a assegurar, mesmo com restrições, o direito às mulheres de votar e serem votadas<sup>22</sup>. No entanto, é digno de nota registrar que, no Brasil decorreram 108 anos entre a primeira lei eleitoral que assegurava o direito de votar e serem votados a alguns homens, e a lei eleitoral que assegurava o mesmo direito às mulheres.

Alguns exemplos, desde a década de 30, são ilustrativos do baixo percentual de mulheres em sucessivas legislaturas<sup>23</sup>. Na década de 30, o país teve apenas duas deputadas federais. Entre 1950 e 1970, foram apenas sete mulheres na Câmara Federal. Na década de 70, foram eleitas quatro deputadas federais e uma suplente de senadora. Essa última só veio a ocupar o lugar de titular a partir de 1980, década esta que assistiu à eleição de mais duas mulheres para o Senado. Portanto, somente a partir da década de 80 que as mulheres terão uma cadeira no Senado, fenômeno este bastante recente. Na eleição de 1982, a novidade foi a eleição da primeira vice-governadora da história política do país. Em 1986, 26 mulheres foram eleitas deputadas federais para integrar a Constituinte que elaboraria a Carta Magna de 1988, número elevado em relação aos anos anteriores, mas, acanhado, se considerado como referente a apenas 5% das cadeiras. Nas eleições de 1990, foram eleitas trinta deputadas federais e duas senadoras, mas sem alteração no percentual de representação das mulheres, ainda muito baixo, em relação ao dos homens. As dificuldades de assumir um mandato em Brasília significam um ônus muito maior para as mulheres, cujas obrigações domésticas e familiares impõem sérias restrições. Se analisada também a participação feminina nas outras esferas de poder - assembléias legislativas estaduais, executivos municipais e estaduais, titularidade de ministérios e no poder judiciário - percebe-se que continua modesta e sem expressão. Quando assumem ministérios, por exemplo, a elas são reservados, aqueles da área

---

<sup>21</sup> A proporção das mulheres nos parlamentos é uma medida do grau de participação feminina na vida pública e política do país, diretamente vinculado ao fortalecimento das mulheres.

<sup>22</sup> MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA, 2000. p.19.

<sup>23</sup> Todos os exemplos foram retirados do Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996. p. 132.

social, a partir de uma visão estereotipada do que a sociedade julga ser mais adequado para elas.

O panorama descrito há pouco não se altera de forma significativa para as eleições da década de 90 (Tabela 12). Embora não agrupados por UF e demandando maior consistência, conforme várias análises, os dados pesquisados confirmam a baixa representatividade das mulheres no Legislativo brasileiro<sup>24</sup>. É interessante observar, que em sucessivas legislaturas para a Câmara dos Deputados, no período de 1933 a 2003, o percentual de mulheres e homens eleitos a partir da conquista do voto feminino é completamente díspare, revelando mais uma vez a irrisória participação feminina. O número acumulado de eleitas nesse período de 143 mulheres corresponde a apenas 2,11% do total de parlamentares enquanto os homens perfazem aproximadamente 98%. Para o Senado Federal, no período 1934-2003, o percentual é ainda mais reduzido. Nessas sucessivas legislaturas, as mulheres eleitas representam apenas 0,86% do total de parlamentares, contra 99,14% de homens<sup>25</sup>. Portanto, o grau de segregação ainda é alto<sup>26</sup>.

Tabela 12

Poder legislativo – Mulheres Eleitas e Homens Eleitos*					
Instituição	Mulheres	%	Homens	%	Total
Câmara de Vereadores**	6.536	11,21	51.787	88,79	58.323
Assembléias Legislativas e Câmara Distrital	106	10,01	953	89,99	1.059
Câmara dos Deputados	29	5,65	484	94,35	513
Senado Federal	6	7,41	75	92,59	81
<b>Total</b>	<b>6.677</b>	<b>11,13</b>	<b>53.299</b>	<b>88,87</b>	<b>59.976</b>

Fonte: MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA, 2000. p.165.

**Nota:** (\*) Eleições de 1998 e 1996. Estes dados não incluem os suplentes, atualmente em exercício.

(\*\*) Dados do IBAM – não incluídos neste total 381 nomes dúbios, sem identificação de sexo – 1%.

No poder executivo, a situação é ainda mais desfavorável para as mulheres. Na esfera municipal e estadual, a proporção de mulheres não atinge 5% das eleitas. A Presidência da República foi ocupada sucessivamente por homens, principalmente nas duas eleições diretas da década de 90, e os ministérios, em sua maioria, são dominados por ministros do sexo masculino (Tabela 13).

<sup>24</sup> Os dados, quando agrupados por UF, não estavam disponíveis para as duas legislaturas referentes às eleições consecutivas da década de 90, para o Poder Legislativo.

<sup>25</sup> MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA, 2000. p.161 e 183.

<sup>26</sup> Tal análise para países em desenvolvimento e democracia emergentes deve ser filtrada pelo fato de que altos índices de ocupação feminina nos parlamentos, não significa obrigatoriamente que as mulheres tenham os necessários recursos para serem respeitadas profissionalmente e possam exercer uma significativa influência.



Tabela 13

**Poder Executivo – Mulheres Eleitas e Homens Eleitos\***

Instituição	Mulheres	%	Homens	%	Total
Prefeituras Municipais**	474	4,52	10003	95,48	10477
Governos Estaduais e do Distrito Federal	1	3,7	26	96,3	27
Presidência da República***	0	0	2	100	2
<b>Total</b>	<b>475</b>	<b>4,52</b>	<b>10031</b>	<b>95,48</b>	<b>10506</b>

**Fonte:** MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA, 2000. p.165.

**Nota:** \* Eleições de 1998 e 1996; \*\* Inclui a eleição de 1992; \*\*\* Inclui a eleição de 1994.

**Obs.:** Os dados para Prefeituras Municipais e Presidência da República foram recalculados a partir de registros do Anexo II do mesmo trabalho, às páginas 187 e 192.

#### 4 Conclusões: Perspectivas de Cumprimento dos objetivos do Milênio

A projeção de cumprimento dos objetivos do milênio, nesse trabalho, parte da hipótese de que serão mantidas as políticas públicas de intervenção no âmbito da educação, bem como no incentivo ao processo de “feminização” no mercado de trabalho, verificado nos anos 90.

A política educacional dos anos 90 possibilitou uma maior presença na escola de crianças de ambos os sexos, que teve impactos sobre a redução do índice de analfabetismo e o aumento da média de anos de estudo, como pode ser visto no item 3.1 deste relatório.

Analisando as informações colhidas sobre os aspectos de educação, emprego, rendimentos, participação política e desenvolvimento humano por gênero e raça, vê-se que ocorreu uma redução das desigualdades na década de 90, principalmente com respeito à educação. Este resultado contribuiu diretamente para a melhora dos índices de desenvolvimento humano do Brasil. Além disso, percebeu-se que em nível regional também ocorreram alterações que contribuiram para a redução das desigualdades entre regiões no aspecto gênero e raça.

No aspecto educação, notamos que o crescimento da média de anos de estudos para as mulheres foi maior que dos homens na década de 90, seja para brancos ou negros (ver Tabela 4). Projetando a média de anos de estudo por gênero e raça para 2015, considerando que em 14 anos ocorrerá uma melhora no índice que é a metade da verificada no período de 1992 a 2001, pode-se observar que a razão mulheres/homens aumenta por que as mulheres já possuem uma média de educação maior que dos homens e tende a aumentar (ver Tabela 14). É interessante observar que o Nordeste é muito desigual neste contexto, onde os homens apresentam uma média de anos de escola bem inferior ao das mulheres. Aqui, é importante que o governo envide esforços no sentido de propiciar aos homens desta região melhores

condições de continuarem seus estudos, diante de uma política de aumento dos anos de estudo para ambos os sexos e raças.

Tabela 14

Projeção da Razão Mulheres/Homens por raça para a Média de Anos de Estudo em 2015 – Brasil e Regiões

Brasil / Regiões	Projeção da Média de Anos de Estudo por gênero e raça para 2015				Razão					
	Homens		Mulheres		Mulheres/Homens Brancos			Mulheres/Homens Negros		
	Branco	Negro	Branco	Negro	1992	2001	2015 *	1992	2001	2015 *
Brasil	5,9	4,4	6,3	4,7	1,02	1,05	1,07	1,06	1,08	1,08
Norte	5,1	4,6	5,7	4,9	1,00	1,08	1,12	1,09	1,07	1,06
Nordeste	4,5	3,5	5,1	4,3	1,16	1,14	1,13	1,17	1,19	1,21
Sudeste	6,6	5,1	6,7	5,2	1,00	1,02	1,02	1,00	1,02	1,03
Sul	5,8	4,6	6,1	4,7	1,00	1,04	1,06	0,94	1,00	1,03
Centro-Oeste	5,9	4,7	6,4	5,1	1,04	1,07	1,09	1,11	1,09	1,08

Fonte: PNAD/IBGE 1992 e 2001

(\*) hipótese: em 15 anos crescer a metade do que cresceu no período 1991-2000

A partir da hipótese de que as taxas de variação para o período de 2000 a 2015, para o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e regiões (IDH) e seus sub-índices (educação, longevidade e renda), sejam a metade da verificada no período de 1991 a 2000, construiu-se a Tabela 15. Pode-se observar que no aspecto raça, a desigualdade nos sub-índices de educação e longevidade apresenta-se em níveis inferiores a 10%. Entretanto, para o sub-índice renda, a desigualdade ainda estará em patamares muito elevados. Este quadro sugere que políticas públicas de transferência de renda vinculadas à questão educação são importantes e devem ser mantidas e ampliadas. Na literatura econômica, diferenciais de renda estão vinculados a diferenciais no capital humano. Investir na formação de capital humano foi a grande política pública dos anos 90 que propiciou as reduções de desigualdade captadas pelos índices de desenvolvimento humano. Portanto, é primordial a manutenção dessas políticas.

Tabela 15

Projeção do Índice de Desenvolvimento Humano e seus sub-índices para 2015

## Brasil e Regiões

Brasil e Regiões	IDH - Educação		Razão Branco/ Negro
	2015		
	Branco	Negro	
<b>Brasil</b>	<b>0,931</b>	<b>0,875</b>	<b>1,06</b>
Centro Oeste	0,953	0,908	1,05
Nordeste	0,878	0,837	1,05
Norte	0,908	0,874	1,04
Sudeste	0,941	0,901	1,04
Sul	0,954	0,893	1,07

Brasil e Regiões	IDH - Longevidade		Razão Branco/ Negro
	2015		
	Branco	Negro	
<b>Brasil</b>	<b>0,797</b>	<b>0,734</b>	<b>1,09</b>
Centro Oeste	0,815	0,760	1,07
Nordeste	0,743	0,698	1,06
Norte	0,766	0,735	1,04
Sudeste	0,810	0,760	1,06
Sul	0,817	0,770	1,06

Brasil e Regiões	IDH - Renda		Razão Branco/ Negro
	2015		
	Branco	Negro	
<b>Brasil</b>	<b>0,797</b>	<b>0,643</b>	<b>1,24</b>
Centro Oeste	0,820	0,701	1,17
Nordeste	0,704	0,587	1,20
Norte	0,722	0,613	1,18
Sudeste	0,827	0,682	1,21
Sul	0,792	0,664	1,19

Brasil e Regiões	IDH		Razão Branco/ Negro
	2015		
	Branco	Negro	
<b>Brasil</b>	<b>0,842</b>	<b>0,750</b>	<b>1,12</b>
Centro Oeste	0,863	0,790	1,09
Nordeste	0,774	0,706	1,10
Norte	0,799	0,740	1,08
Sudeste	0,859	0,781	1,10
Sul	0,854	0,775	1,10

Fonte: Dados de 2000 do Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

(\*) hipótese: em 15 anos crescer a metade do que cresceu no período 1991-2000

No aspecto emprego, viu-se que a força de trabalho feminino é mais susceptível às variações do ciclo econômico, portanto, entende-se que o cumprimento dos objetivos no aspecto igualdade no mercado de trabalho está condicionado à implantação de políticas compensatórias de suavização de ciclos. Além disso, são necessárias **políticas** de valorização da mão-de-obra feminina, assim como a manutenção e ampliação daquelas que melhorem as condições de ensino.

## Referências Bibliográficas

- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS apud YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.
- BDMG. *Cadernos BDMG – Aspectos do Desenvolvimento Humano em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP/BDMG, Dez. 2003.
- BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M.R. (1996). O Trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10. Caxambu (MG). Anais. Belo Horizonte: ABEP, v.1, p. 483-516.
- DRÉZE, Jean. e AMARTYA, Sen. *Economic Development and Social opportunity*. India, Oxford: Oxford University Press, 1995.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº 807, 2001.
- JACCOUD, L. e BEGHIN, N. *Desigualdades Raciais no Brasil: Um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.
- KON, A. (2001). Trabalho e gênero no Brasil: as políticas públicas propostas. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 7. Salvador (BA). Anais (CD). ABET.
- KRELING, N. H. (2000). Trabalho feminino: persistem as desvantagens apesar da maior escolaridade. Informe PED, Porto Alegre: FEE, v.9, n. esp., p.35-39.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA, 2000.
- Relatório de Desenvolvimento Humano 2003. New York: PNUD, 1998.
- Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996.
- TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.
- SOUZA, L.N. , RODARTE, M.M.S. e FILGUEIRAS, L.A.M. (2001). Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 7. Salvador (BA). Anais (CD). ABET.